

FONSECA, Thais Nivia de Lima. **História & Ensino de História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. 120 p.¹

Resenhado por

*Marise Pereira dos Santos*²

Universidade Federal de Goiás – Campus Catalão

O estudo da história do ensino de História pode esclarecer muito mais do que se imagina as questões que envolvem o trabalho de historiadores e de professores de História. (Thais Nivia de Lima Fonseca)

Nas últimas décadas muitos questionamentos foram levantados sobre a disciplina História e seu desenvolvimento em sala de aula. Questões como livro didático, relação professor-alunos, conteúdos e conceitos têm tentado retratar a História dentro das salas de aula. No entanto, no que concerne à história do ensino de História ainda são poucas as reflexões. Partindo dessa percepção, o livro *História & Ensino de História*, da professora Dra. Thais Nivia de Lima Fonseca faz um estudo sistematizado sobre a história do ensino de História no Brasil, destacando o século XX, mas partindo de como a disciplina História fora proposta já no século XIX, e como, no século seguinte, firmou-se segundo seu papel no fortalecimento de ideais como patriotismo e civismo.

A autora defende a importância do estudo da história e do ensino dessa disciplina para o desenvolvimento do trabalho de historiadores e de professores de História. Isso porque são eles que lidam com os problemas principais da referida matéria, portanto, são responsáveis também por alguns equívocos cometidos no ensino da História o que, para a autora, poderia ser até resolvido caso houvesse uma preocupação maior em estabelecer reflexões sobre

¹ Resenha escrita como trabalho da disciplina Estágio Supervisionado I, sob a orientação da Prof^a Dra. Eliane Martins de Freitas do Departamento de História e Ciências Sociais do Campus Catalão – UFG.

² Graduanda do Curso de História do Departamento de História e Ciências Sociais do Campus de Catalão da Universidade Federal de Goiás. E-mail: lexpsi@gmail.com

como se constituiu no Brasil o ensino da História.

Fonseca trata do surgimento das disciplinas escolares no Brasil a partir da atuação de grupos e instituições como Estado e Igreja Católica. As disciplinas escolares, segundo a autora, foram organizadas a partir dos primeiros conjuntos de saberes e experiências de banqueiros, mercadores e artesãos, já nos períodos em que se têm notícias dessas atividades entre grupamentos humanos, pois no desenvolver de suas atividades esses sujeitos contribuíram para maior compreensão da escrita, da leitura, de cálculos, das línguas ditas vulgares, da História e Geografia. Ou seja, as instituições educacionais surgiram da própria necessidade prática dos seres humanos. Os estudos mais efetivos sobre o ensino e as disciplinas escolares começaram na Europa por volta dos anos de 1770. A História enquanto disciplina nasceu ligada à religião e, desde a Idade Média até o século XIX, esteve amarrada à História sagrada. Nesse processo, a História era ensinada aos nobres e foi somente no século XIX que se popularizou de forma mais evidente. Vê-se que nesse momento a História toma as primeiras feições de disciplina, pois começa a libertar-se da Igreja. Toda reflexão realizada pela autora no primeiro capítulo leva-nos à percepção de como se deu a construção do livro didático em História, debatido no segundo capítulo, e a partir do qual, problematizado como documento, segundo a autora, é possível traçar uma história do ensino de História no Brasil.

Se no geral há pouca produção historiográfica sobre a disciplina, para Fonseca, no caso específico do Brasil, essa produção é menor ainda. Aqui, a autora enfatiza a urgente necessidade de se discutir com maior afinco a história do ensino de História no Brasil. Chamando a atenção para o fato de o saber histórico estar presente não apenas na sala de aula, mas também através do rádio e televisão, entre outros meios de comunicação, a autora expressa a importância de o historiador analisar também as concepções de História que esses veículos de comunicação disponibilizam à população.

Uma questão bastante pertinente de que trata a autora é a ação dos jesuítas em relação ao ensino no Brasil. Notando que nos capítulos iniciais fala-se de forma rápida deste tema, é a partir dos

capítulos finais que tal questão ganha maior destaque.

Para Fonseca, a história do ensino de História se explica, inicialmente, pela vinculação dessa à História sacra. Na Idade Média, principalmente, o ensino da História sacra se efetivou como norma em instituições religiosas. No Brasil, a Companhia de Jesus foi responsável pela educação escolar e sua organização pelo *Ratium Studiorum* até 1759, quando foi expulsa do país pelo Marquês de Pombal. A administração pombalina foi influenciada pelos ideais iluministas, o que influenciou, por seu lado, a educação naquele momento. As ideias de progresso da humanidade poderiam se concretizar também pelo desenvolvimento do estudo. No entanto, naquele Brasil colonial as aulas eram dadas de forma avulsa, pois faltavam professores e materiais, o que não permitia grande aproveitamento. Somente com a criação de um *curriculum* houve ordenação das disciplinas e do próprio ensino de forma mais geral.

Fonseca observa que mesmo rompendo com a Companhia de Jesus, e seguindo os ideários iluministas o governo pregava que o estudo da História deveria instruir os alunos sobre suas obrigações de bom cristão. Ou seja, essa relação entre o estudo da História e a religião tornava-se, também, um instrumento de manutenção de um controle absoluto sobre quem no país tinha acesso à educação.

Em 1838, foi criado o “Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”, mantido pelo imperador, com o objetivo de se elaborar uma História nacional. O ensino de História se torna, nesse momento, segundo Fonseca, instrumento do Estado na construção de uma História brasileira voltada à exaltação da colonização portuguesa e a evangelização da Igreja Católica. A partir daí, e durante boa parte do século XX, os programas curriculares de História foram totalmente controlados pelo Estado em intenção de suas demandas.

Nas décadas de 1930 e 1940, a História assumiu definitivamente a posição de disciplina escolar, e, dessa forma, era mais fácil disseminar os ideários políticos de nação e de patriotismo segundo o que queria o governo de Getúlio Vargas.

Para Fonseca, o uso do ensino de História para a construção de uma identidade nacional foi altamente explorado na

Era Vargas. Elaborando e utilizando imagens de heróis nacionais como Tiradentes, o governo Vargas queria consolidar um discurso que arremontasse os brasileiros ao seu ideal de nação e, mesmo, às suas atuações internacionais como a ida de soldados brasileiros para campos de batalha da Segunda Guerra Mundial.

Isso impõe pensar, como defende Fonseca, que a História como disciplina escolar tem muito a ensinar sobre como esse componente curricular tem sido campo de disputas de poder, o que pode ajudar a desconstruir e refletir sobre o significado social de certos rótulos colocados, principalmente, sobre o ensino de História do Brasil. A disciplina História se efetiva em primeiro lugar, no Brasil, como disciplina escolar, e só muito mais tarde se torna disciplina acadêmica, que se propõe a formar professores que atuarão nas salas de aula da escola em todos seus níveis. A autora nota que isso influenciou em muitas mudanças, inclusive nos livros didáticos, um dos principais recursos de ensino de História nas salas de aula do país. No entanto, mesmo observando uma crescente melhora nos livros didáticos, Fonseca observa que é no manejo e aproveitamento destes que está a principal problemática do ensino de História, pois na maioria das escolas brasileiras o livro didático é o único instrumento de ensino de que dispõem professores e alunos.

O estudo de Fonseca deixa clara a responsabilidade da formação do professor de História no desenvolvimento da disciplina. Para a autora, além de propagador de conhecimento, o historiador é também o seu produtor. Essas suas condições são essenciais para que o ensino de História se torne um instrumento de democracia e construção de alunos como sujeitos que se reconhecem na História de seu país e na sua História individual. Nesse caso, discutir como se deu o processo de formação do próprio ensino de História no Brasil, tal como o faz a autora, é momento privilegiado de melhorar as atuais condições desse ensino no país.

Recebido em 05 de março de 2008.

Aprovado em 30 de agosto de 2008.